



A CONSTRUÇÃO DO CORPO DA CRIANÇA SADIA E ROBUSTA NOS DISCURSOS DOS ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS DE ALIMENTAÇÃO INFANTIL NA PARAHYBA DO NORTE - 1918-1937

Marinalva Bezerra Vilar de Carvalho

Mestranda em História

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - PB

E-mail: marinalvabvcarvalho@gmail.com

Resumo

Este artigo teve por objetivo analisar como os anúncios publicitários de alimentação infantil que circularam no jornal *A União*, na Parahyba do Norte, entre 1918 a 1937, do século XX, construíram um ideal de corpo ‘sadio’ e ‘robusto’ para a criança. A problemática deste estudo centralizou-se nas conexões entre os discursos dos anúncios publicitários de alimentos para criança e as aspirações da política do eugenismo presentes no Brasil nos anos 20 e 30, do século XX. Médicos pediatras, educadores e os eugenistas participaram da construção ideológica da associação dos cuidados do corpo à saúde, em outros termos, estabeleceram um ‘ideal’ de corpo infantil. Os anúncios foram interpretados pelas tramas da História Cultural com direcionamento do olhar para os aspectos discursivos e simbólicos. Como metodologia, utilizamos a análise do discurso pelo prisma de Foucault. Os anúncios foram analisados para entender as estratégias da política eugenista pensada pelo governo federal e repercutiu também na Parahyba do Norte. A ideia de corpo de Foucault (2015) como uma realidade “bio-política” fundamenta a interpretação deste estudo. A criança era considerada como o ‘futuro da nação’. Esta ideia foi incentivada nos anúncios que contrastavam com a realidade de um grande índice de mortalidade infantil atribuída às doenças endêmicas e à ‘ignorância’ das mães pela falta de informações sobre os cuidados com a criança o que refletia na má alimentação e na falta de uma higienização adequada. O não progredir do corpo da criança refletiria de forma inadequada para a pátria, que precisava de cidadãos sadios para atuar no universo social e econômico. Os anúncios publicitários se apropriavam dos discursos científicos dos médicos pediatras para divulgar alimentos para criança e induziam o consumo como condição para se adquirir saúde e robustez. O projeto de desenvolvimento do Brasil, com vistas à modernização, tornou a criança como alvo preferencial para formar no país uma ‘raça superior’ a partir dos princípios eugênicos baseados em regras de higiene. Na Parahyba do Norte a assistência à criança também estava na ordem do dia. Os médicos da cidade da Parahyba do Norte responsáveis pelos cuidados com as crianças atribuíam aos altos índices de mortalidade infantil aos perigos de infecções, a questão alimentar, as doenças congênitas, a ignorância das genitoras e a precariedade das condições sociais e econômicas. As constatações desses problemas nas condições de saúde da criança eram incompatíveis com os anseios do progresso idealizados para o para a cidade da Parahyba do Norte e para o país.

Palavras-chave: Criança; Corpo; Alimentação; Discursos; Publicidade.

Corpo e Alimentos: um diálogo possível com a maternidade

Este texto é um espaço privilegiado, pensado e decorado para acomodar o corpo principal deste sujeito que é a criança. Nele apresentamos outros endereçamentos históricos que envolveram este ser. O objetivo é analisar como os anúncios publicitários de alimentação infantil que circularam através do jornal *A União*¹ construíram um ideal de corpo ‘sadio’ e

¹ Jornal *A União* é um jornal estatal paraibano, editado na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Trata-se do único jornal oficial ainda existente no Brasil. Foi fundado no dia 2 de fevereiro de 1893 pelo então presidente da



‘robusto’ para a criança na Parahyba do Norte². A força que move essa construção são os discursos³ do eugenismo que marcaram os ideais de nação brasileira no período da Primeira República (1889-1930). Este diálogo foi pensado pela estética da beleza e meiguice que nossos olhos foram treinados para ver a criança⁴, reconhecendo sua condição biopsicossocial, mas sem exagerar na representação idílica.

As fontes que alicerçam esta construção são os anúncios publicitários de alimentação infantil, que circularam no jornal *A União* entre 1918 a 1937. Acreditamos que os discursos do jornal analisado buscaram construir um ‘modelo’ de corpo para as crianças moldando-as para atender ao projeto de nação sadia, robusta e higienizada. A problemática deste estudo centraliza-se nas conexões entre os discursos dos anúncios publicitários de alimentos para criança e as aspirações da política do eugenismo presentes no Brasil nos anos 20 e 30, do século XX. Médicos pediatras, educadores e os eugenistas participaram da construção ideológica da associação dos cuidados do corpo à saúde, em outros termos, estabelece-se um ‘ideal’ de corpo infantil. Como reflete Freitas (2001, p. 15), “o advento da República ensejou uma revalorização da infância [...] reiterava de diversas maneiras a imagem da criança como herdeira do novo regime que se instala”.

Sob os pressupostos das ideias de Freitas (2001), pensamos que o governo federal nessa temporalidade subjetivou o corpo da criança como ideal de futuro da nação. A publicidade sob a perspectiva econômica legitimou esse projeto de governo ao aliar o saber dos médicos aos discursos que circularam na época. Com essa percepção, este estudo trilhou a seguinte problematização: como os anúncios de alimentos infantis presentes no Jornal *A União* buscaram construir um ideal de corpo para a criança na Parahyba do Norte?

Os anúncios foram interpretados pelas tramas da História Cultural com direcionamento do olhar para os aspectos discursivos e simbólicos. Como metodologia, utilizamos a análise do discurso pelo prisma de Foucault. Os anúncios foram analisados para entender as estratégias da política eugenista pensada pelo governo federal na Parahyba do Norte. A ideia de corpo de Foucault (2015) como uma realidade “bio-política” fundamenta a interpretação deste estudo.

Província, Álvaro Machado, O jornal surgiu como órgão do Partido Republicano do Estado da Paraíba, agremiação fundada pelo próprio Álvaro Machado.

² A Parahyba do Norte, hoje é a cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, que mudou de nome em homenagem ao presidente do Estado assassinado em 1930.

³ As transcrições dos anúncios estão de acordo com a ortografia da época que foram publicados no jornal *A União*.

⁴ A criança é considerada, sem exceção alguma, “como a mais completa representação de pureza e inocência”, e tudo aquilo que se atreve a julgá-la diferentemente é acusado de ‘sacrilégio e de atentado contra os mais ternos e respeitáveis sentimentos da Humanidade.



Pelo prisma de Foucault (2015), interpretamos que os anúncios instauravam o biopoder sobre o corpo da criança com técnicas biológicas para modificá-lo, transformá-lo, aperfeiçoá-lo e torná-lo um adulto produtivo, que atenderia as necessidades de mercado pensadas em sintonia com o projeto de modernização do país.

Com fios de alimentos o corpo da criança foi tecido para formar uma nação

Ao nos debruçarmos sobre a história do projeto de modernização do Brasil na Primeira República, percebemos a preocupação do governo de formar uma nação com brasileiros ‘sadios’ e ‘robustos’ para serem úteis ao projeto de desenvolvimento capitalista idealizado para modernizar o país. Tal projeto uniu intelectuais brasileiros da saúde e da educação que buscavam operar mudanças sociais, econômicas e culturais tendo como fundamentos científicos a eugenia⁵ e o higienismo⁶. Neste cenário, após constatar as graves doenças endêmicas, a fome que assolava o Sertão nordestino, as elevadas taxas de mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida das populações, o governo passou a estimular as reformas urbanas, a assistência à saúde e o incentivo a escolarização para a criança⁷.

A revalorização da criança que pairava no projeto republicano como herdeira de uma nova nação, se expandiu pelo país e chegou à cidade Parahyba do Norte, centro político administrativo do Estado da Paraíba. Assim, a Parahyba do Norte passou a receber as ações de novos atores sociais, representantes dos ideais da política de higienismo e eugenia, pensada para atender a criança. Entre estas ações destacamos a atuação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, sob a administração do Drº Walfredo Guedes fundado em 1º de novembro de 1912. De acordo com a pesquisa no jornal *A União* em 1936⁸, este Instituto tinha na época 1.387 crianças matriculadas que recebiam assistência contínua, e havia realizado 3.600 consultas.

Segundo Bezerra (2012, p. 159), “no Brasil, a discussão acadêmica sobre o tema alimentação emergiu, com maior propriedade, nos anos 1930, desencadeando a constituição

⁵ Eugenia foi o termo “inventado” por Francis Galton (1822-1911), fisiologista inglês, para designar a ciência que trata dos fatores capazes de aprimorar as qualidades hereditárias da raça humana (MANSANERA; SILVA, 2000, p. 119).

⁶ Este movimento tem uma ideia central que é a de valorizar a população como um bem, como capital, como recurso talvez principal da Nação [...] O higienismo brasileiro só pode se definir, devido sua tensão constitutiva, ou seja, pelo que tinham de comum, por um objetivo central: o estabelecimento de normas e hábitos para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual (GÓIS JUNIOR, 2007, p. 9).

⁷ GONDRA, J. G.. A emergência da infância. In: PAIVA, M. M. de.; VIVEIROS, K. F. M; MEDEIROS NETA, O. M. de (Orgs.), Brasília: Liber Livro, 2011.

⁸ Jornal *A União*, quarta-feira 6 de janeiro de 1937.



de um campo de saber específico”. O tema ganhou visibilidade tanto no campo da nutrição, como nos aspectos, sociais e econômicos. E neste contexto, foram lançadas várias obras, a exemplo do livro ‘Problema da Alimentação no Brasil’⁹, de autoria de Josué de Castro. A alimentação emergia historicamente e tornava-se um objeto de estudo que envolviam decisões políticas e culturais, possível de ser problematizada.

Ao considerar que a alimentação em estudo foi concebida como um bem cultural que influenciou nos hábitos, nas práticas alimentares e na aparência das crianças na Parahyba do Norte¹⁰, os esclarecimentos de Bezerra (2012), reforçam a tese de que a alimentação não se resume aos nutrientes. Percebemos nas fontes consultadas que as discussões em torno da alimentação envolviam as questões políticas de abastecimento e sua distribuição, cuja organização foi pensada a partir da intervenção do Estado com a criação do Comissariado de Alimentação Pública (CAP) por meio do Decreto nº. 13.069, de 12 de junho de 1918¹¹. O impacto desta criação foi resultado da crise de abastecimento de alimentos provocada pela carestia nos preços dos alimentos e também pela necessidade de abastecer os países aliados que estavam em guerra.

Portanto, problematizar o corpo da criança mediante uma relação de poder impressa pela ação dos anúncios como fator central de sua identificação como ‘sadio’ e ‘robusto’ com configurações culturais foi o nosso desafio. Como diz Foucault (2000, p. 55), “o que é próprio do saber não é, nem ver nem demonstrar, mas interpretar”. Nesta perspectiva, buscamos interpretar os discursos dos anúncios de alimentos para o público infantil a partir de 1920 como objeto de múltiplas discursividades que apresentavam soluções nutricionais e alimentícias para as crianças. Brites e Nunes (2012, p. 99), ao estudarem infâncias e propagandas em revistas nos anos 1920 – 1950 argumentam que

[...] a alimentação nutritiva poderia proporcionar geração de crianças mais saudáveis, mais “aptas”, mais bem constituídas para o presente e para a vida adulta futura. A publicidade de alimentos foi um dos nichos mais desenvolvidos, e ainda o é, dos anúncios de produtos destinados à infância. [...] A indústria alimentícia se desenvolverá pensando, falando e projetando alimentos para o público infantil, e isto já pode ser observado de modo incipiente desde 1903.

As reflexões de Brites e Nunes (2012) demonstram que havia a preocupação em oferecer alimentos saudáveis para as crianças, uma tendência que cresceu com a chegada dos

⁹ CASTRO, J. de. O problema da alimentação no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

¹⁰ Essa cidade passou a se chamar João Pessoa em homenagem ao presidente assassinado em 1930.

¹¹ Mais informações desse decreto ver: <www2.camara.leg.br/.../decret/.../decreto-13069-12-junho-1918-524146-norma-pe.ht>



produtos industrializados¹². No entanto, segundo Araújo (2014, p. 1002), “a realidade da criança preocupava as autoridades públicas e privadas com o adoecimento infantil, deixando de ser apenas preocupação de entidades caritativas”. Esta constatação das doenças entre as crianças apresentadas por Araújo (2014), também eram constatadas na Parahyba do Norte, conforme relato do Presidente Sólton Barbosa de Lucena em 1924: “Continuam, contudo a impressionar-me de modo contristador o obituário de crianças nas primeiras edades, de 0 a 5 anos e o coeficiente dos óbitos devidos à tuberculose pulmonar”¹³.

Diante dos acontecimentos, o Estado intensificava as políticas de assistência e proteção à infância pobre dando visibilidade a um ‘novo’ sentimento cultural e social sobre a criança, que passou a ser idealizada como um fio de esperança de um mundo melhor e desenvolvido, sendo então, conduzida para superar a fragilidade e a incapacidade. Assim, a alimentação passou a ser discutida como um fator preponderante desse fortalecimento do corpo, a fim de evitar as doenças e os altos índices de mortalidade infantil.

Dentre as causas da mortalidade infantil estão à hereditariedade patológica – abrangia moléstias como a sífilis e o alcoolismo – a ignorância – por parte das mulheres, uma vez que as mães sem informações e ignorantes da classe pobre não sabiam cuidar da higiene dos nenês – a pobreza – refletida na má alimentação das mães e dos filhos e no trabalho excessivo das mulheres – os transtornos digestivos, os distúrbios respiratórios, as causas natais e pré-natais e a amamentação mercenária. (FERNANDES; OLIVEIRA, 2012, p. 7).

As informações constatadas através de Fernandes e Oliveira (2012) nos mostraram que era urgente e necessário por em prática a política eugenista, pois a intervenção do Estado nessa situação representava a ‘salvação’ para as famílias. Fonseca (2007, p. 50), nos diz que “[...] a partir da década de 1920 com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) o governo federal ampliou a sua participação nas ações de saúde nos Estados, ao criar postos de Profilaxia Rural em 1918”. Estes postos de Profilaxia apresentou-se como um dos desdobramentos da política eugenista. Esta iniciativa do governo federal demonstrava a estratégia da sua relação com os governos estaduais pautadas nos interesses mútuos com o ideal de uma ‘nova nação’.

¹² Em 1921, a empresa iniciou sua produção no Brasil, em Araras (SP). O leite condensado Moça foi o primeiro produto da empresa a ser fabricado no Brasil. Com o seu sucesso, vários outros produtos foram lançados e, atualmente, são comercializados no território brasileiro mais de 1000 itens sob a chancela da Nestlé. O Leite Moça, ainda é o que detém maior volume de vendas.

Disponível em: <<https://www.nestle.com.br/site/anestle/historia.aspx>>

¹³ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, na Abertura da 1ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura a 1º de março de 1924 pelo Dr. Sólton Barbosa de Lucena, Presidente do Estado. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial [sic].



A política de assistência à saúde dava visibilidade às mulheres e as crianças, que passaram a receber orientações nos aspectos da alimentação e na saúde, através das práticas da governamentalidade¹⁴ preparando-os para o projeto de nação moderna e sadia. Para identificarmos como esse corpo infantil foi construído, o capturamos nas redes dos anúncios que pelo prisma de Foucault (2000, p. 103), “é essa rede que define as condições de possibilidade de um debate ou de um problema, é ela a portadora da historicidade do saber”. Esta rede são os anúncios publicitários que foram utilizados para a divulgação dos saberes dos médicos sobre o corpo da criança e das mães.

Corpos idealizados nos discursos dos anúncios de alimentação infantil

O corpo é um objeto privilegiado passível de múltiplas discursividades que resultam em reflexões em vários campos do conhecimento e das mídias. Para Louro (2000, p.8), “os corpos são significados pela cultura [...]. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos”. As ideias de Louro (2000) nos ajudaram a compreender a intervenção nas práticas alimentares dos discursos eugenistas presentes nos anúncios que disciplinavam a saúde do corpo das crianças paraibanas, cujo objetivo era contribuir para uma nação ‘sadia’ e ‘robusta’.

Neste cenário, a criança era considerada como o ‘futuro da nação’. Esta ideia foi incentivada nos anúncios que contrastavam com a realidade de um grande índice de mortalidade infantil atribuída às doenças endêmicas e à ‘ignorância’ das mães pela falta de informações sobre os cuidados com a criança o que refletia na má alimentação e na falta de uma higienização adequada. Este contexto foi comentado por Josué de Castro¹⁵, no artigo intitulado: A Alimentação dos Brasileiros, na sessão Inquéritos Sobre Problemas Brasileiros.

[...] O departamento de hygiene continuam deixando no esquecimento o controle alimentar das populações e os institutos de investigações scientificas de que dispomos como o de Manguinhos, por exemplo, não possui uma secção que cuida do assumpto. É lastimável esse estado de coisas, pois as nossas condições geraes de vida pedem cuidados especiaes em nossa alimentação [...]. (Jornal *A União* - terça-feira 16 de julho de 1935, p. 8, [sic]).

¹⁴ Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2004a, p. 111-112 *apud* CANDIOTTO, 2010).

¹⁵ Foi um influente médico brasileiro, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome.



Castro (1935) denunciava o descaso do governo federal para com a falta de um projeto político que solucionasse a deficiência alimentar da população brasileira e atribui à alimentação uma importância primordial para a solução dos males com relação à saúde. Neste artigo do jornal, Castro (1935) além da denúncia da ausência de uma política pública mais eficaz do governo, o autor sugeriu que, para melhorar as condições alimentares do brasileiro, era preciso fazer um levantamento das condições econômicas, e conclamava as bases da ciência alimentar e a ‘imprensa educadora’ para a orientação de uma alimentação sadia para a população.

Os problemas apresentados por Castro (1935) nos levaram a crer que a política eugenista não surtia os efeitos idealizados e certamente, as crianças ainda padeciam sem essa assistência. Assim, ficavam sobre as mães, de acordo com as suas possibilidades, os cuidados com a saúde e a alimentação das crianças. Estas ideias eram divulgadas pela imprensa através dos anúncios publicitários de alimentação infantil e de artigos com orientações de ‘novas’ práticas alimentares. Em um dos anúncios do tônico alimento Emulsão de Scott, encontramos o seguinte discurso:

As crianças de hoje são os homens de amanhã: dê ao Brasil homens sadios, robustos, tornando, hoje, as crianças bastante vigorosas. As vitaminas a e d são indispensáveis ao bom desenvolvimento das crianças, pois fortalecem os ossos, os dentes e dão força e resistência. E vitaminas a e d se encontram em abundância no tônico alimento. Emulsão de Scott. (Jornal *A União* - Quinta feira, 4 de julho de 1935, p. 5, [sic]).

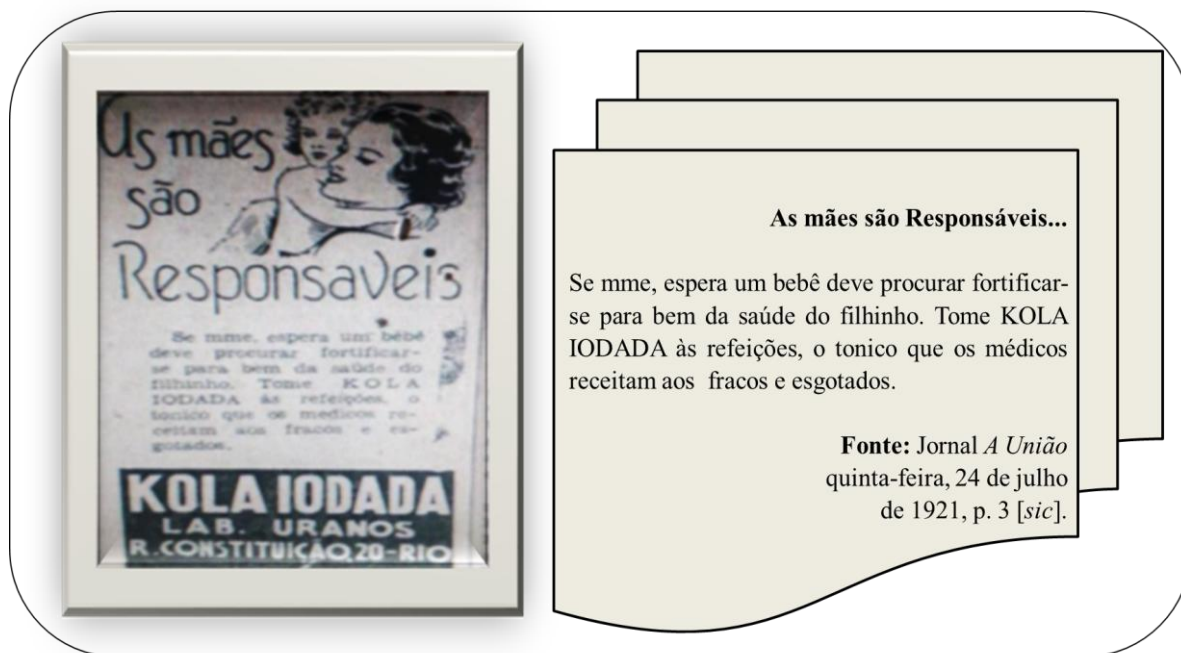
Diante da retórica do corpo frágil da criança, o anúncio da Emulsão de Scott buscava construir um corpo resistente e disciplinado. As informações detalhadas sobre as vitaminas necessárias para esse corpo asseguravam que havia criança que precisava deste tipo de alimento bem como, a garantia de que ao consumi-lo a criança ‘teria’ o desenvolvimento que a nação esperava. Ou seja, cuidar do corpo, não se limitava a alimentá-lo e proteger das doenças, era necessário empenhar-se também na formação moral e do caráter. Com esta perspectiva, entraram em cena as mães.

O anúncio “As mães são responsáveis” possibilita múltiplas leituras ao consideramos a iconografia e o texto verbal (Figura 1). O anúncio deixava explícito o papel social idealizado nos discursos médicos, políticos e juristas para as mães. Para Freire (2009, p. 98), “a condição materna, qualificada como inerente à natureza feminina, evocava o conceito de instinto maternal [...] e como ação patriótica, incorporava os pressupostos da nacionalidade”. Então, de posse do ‘amor materno’ seria ela a mais apropriada



para cuidar da criança. E, exercendo sua função de ‘mãe educadora’, interferia nas práticas educativas de alimentar a criança moldando o corpo robusto. Assim, o discurso revelava-se permeável de múltiplas reflexões, quando na linguagem simbólica conotada, por exemplo, remetia a um saber cultural de que a mulher ao estar gestante deveria cuidar da sua saúde.

Figura 1: Anúncio da Kola Iodada, 1921



No discurso do Kola Iodada estava presente também o poder disciplinar sobre o corpo da mãe, que deveria fortifica-se para não ser fraco nem esgotado, quando estivesse esperando um bebê. Estimulava-se o ‘cuidado de si’, tendo como alvo o ‘Outro’, nesse caso o filho. Segundo Mansanera e Silva (2000, p. 129), “a criança era outro alvo importante para o movimento higienista [...] a infância é a idade de ouro para a higiene mental [...] era ideal para se instalarem hábitos sadios [...] evitando-se, assim, o surgimento de ‘personalidades desequilibradas’”.

A iconografia da mãe que acolhia o filho com um abraço, num jogo de pressuposição, traduzia o sentimento dos médicos refletidos na sensibilidade dos olhos fechados da mãe que afagava o seu filho. Certamente, esta imagem sensibilizava as mães da sua função de cuidados e zelo na formação do ‘futuro da pátria’. Neste contexto, nos diz Freire (2009, p. 143), “a única regra que não gerava dúvida era aquela que delegava à mulher a responsabilidade irrestrita e contínua de ‘guardiã’ da saúde dos seus filhos amparada pela ciência”. Constatamos que o anúncio construiu um vínculo entre mãe e filho, e este foi sendo



estimulado através das soluções nutricionais para atrair o consumidor.

A representação na imagem da mãe abraçando o filho reforçava o vínculo da maternidade como garantia do nascimento de criança sadia, que segundo o anúncio poderia ser conseguido, pelo fato da mãe ter consumido a ‘Kola Iodada’, cujos ‘benefícios’ estariam no corpo da criança e da mãe.

A mensagem do corpo da criança representada neste anúncio direciona a compreensão dos princípios da política higienista aplicadas na aparência da criança, como forma de construir um ‘cidadão ideal’ indispensável para a economia do país. Esta representação externava uma beleza que funcionava como atrativo e sensibilizava as mães para o consumo do produto divulgado. A análise de Freire (2009) é facilmente identificada nos anúncios que delegavam as mães os cuidados com os filhos, por exemplo, da Farinha Lactea (Figura 2).

Figura 2: Anúncio ‘Farinha Lactea’ Nestlé, 1929



O anúncio da Farinha Lactea se apresentava como ‘aliado’ das mães para garantir o progresso e os cuidados do filho, à medida que fornecia um livro onde contemplava informações que ajudaria nesta missão. Para Bastos e Bezerra (2016, p. 169), “o alimento teria papel eugênico, higiênico, social, econômico e desenvolvimentista, reconstituindo o biológico como fator de evolução social [...]”. Em outras palavras, o não progredir do corpo da criança, refletiria de forma inadequada para a pátria, que precisava de cidadãos sadios para atuar no universo social e econômico. A facilidade de acesso a esse alimento marcava a



influência das indústrias alimentícias voltadas para o público infantil, e circunscrevia uma necessidade onde a única escolha era o seu consumo.

Tendo em vista os interesses mercadológicos, os anúncios publicitários se apropriavam dos discursos científicos dos médicos pediatras para divulgar alimentos para criança e induziam o consumo como condição para se adquirir saúde e robustez. Como mediadora deste consumo estava a mãe na sua função pedagógica formando ‘novos’ hábitos e práticas alimentares no filho. O poder de persuasão do anúncio apresentava a Farinha Lactea como indispensável e benéfica ao desenvolvimento da criança. E para comprovar esta eficácia as mães teriam acesso a uma amostra grátis desta farinha. Esta era uma estratégia de divulgação disciplinadora que estimulava a compra ao mesmo tempo em que exercia o controle sobre a consumidora.

No contexto da lógica capitalista, como um dos veículos de comunicação estatal de grande circulação no Estado da Paraíba, o jornal *A União* se sobressaiu também nesse processo pedagógico ao divulgar as ações governamentais na Parahyba do Norte no campo da saúde pública. Por servir de ponte para os acontecimentos no cenário nacional, esta mídia pode ser concebida como um lugar simbólico de educação dos hábitos higiênicos, que contribuiu para a veiculação dos anúncios dos alimentos industrializados para as crianças.

Os alimentos industrializados que eram divulgados para alimentar as crianças revelavam a outra face da maternidade, pois quando o leite materno não era suficiente para suprir as necessidades do lactente e quando este já tivesse completado sete meses, os médicos orientavam o desmame com o uso do aleitamento artificial para suprir os nutrientes com pleno desenvolvimento da criança. Mas esta prática não isentava a mãe da sua missão maternal, o vínculo estava preservado, mesmo quando esta alimentava o filho com outro tipo de alimentos, pois a ela era atribuída à formação de hábitos saudáveis, cujo sucesso seria garantido pela formação do ‘homem novo’ com o corpo e a mente sã.

Considerações Finais

As análises destes anúncios que circularam no jornal *A União* nos revelaram o poder da mídia na divulgação da ideia de alimentos saudáveis e práticos de se preparar. Também naturalizavam o consumo como necessidade biológica, propagavam os meios para manter a criança sadia e robusta e garantir o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo contribuía com as idealizações socioeconômicas em torno do projeto de modernização do Brasil, como um país



civilizado. Tais ideais contrastavam com os altos índices de mortalidade infantil, o abandono e as mazelas sociais as quais as crianças menos abastardas estavam expostas. Com estes propósitos, foi construído um projeto de assistência social e moral à criança mais pobre e projetou-se um modelo ideal de criança para ser o ‘futuro da pátria’.

Os anúncios de alimentos infantis analisados neste ensaio não estavam alheios às discussões que ocorriam sobre a infância em diferentes espaços do governo e da sociedade civil nem ao vínculo entre criança, mãe e família que foi intensamente alimentado pelas mídias dessa época, para estimular o consumo dos produtos voltados para este público. O poder de persuasão do jornal *A União* exercia o poder disciplinar sobre o corpo da criança e a sujeição do anúncio ao ideal de política social na concepção eugenista. Alimentar e disciplinar o corpo da criança foi projetado para atender os ideais dos discursos do governo federal de formar cidadãos corporalmente e moralmente saudáveis.

Compreendemos que havia nesses anúncios uma mercantilização da família sob o argumento da vontade e da necessidade. E assim, passaram a vender ‘soluções’ nutricionais e construíram o corpo ‘ideal’ da criança, que deveria ser sadio e robusto, a partir do consumo dos alimentos divulgados. Nesta trama identificamos a construção das representações culturais num vínculo de dependência entre a criança, o médico e a mãe, mediada pelas ‘novas’ práticas educativas de alimentar a criança com a finalidade de prepará-la para ser o futuro da nação tendo como um dos fios condutores desse processo a alimentação.

O projeto de desenvolvimento do Brasil, com vistas à modernização, tornou a criança como alvo preferencial para formar no país uma ‘raça superior’ a partir dos princípios eugênicos baseados em regras de higiene. Visava-se o fortalecimento físico, sadio e robusto, e o desenvolvimento intelectual e moral da criança. Na Parahyba do Norte a assistência à criança também estava na ordem do dia.

Os médicos da cidade da Parahyba do Norte responsáveis pelos cuidados com as crianças atribuíam aos altos índices de mortalidade infantil aos perigos de infecções, a questão alimentar, as doenças congênitas, a ignorância das genitoras e a precariedade das condições sociais e econômicas. Estes problemas envolvendo a criança, além das limitações econômicas das famílias e da falta de conhecimento de algumas mães sobre as práticas adequadas para cuidar das crianças também era fruto da falta de uma política social eficaz que revelava o quanto a cidade da Parahyba do Norte e o Estado da Paraíba eram incompatíveis com os anseios do progresso idealizado para o país.



Referências

- ARAÚJO, J. P. *et al.*. História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 67, n. 6, pp. 1000-1007, 2014.
- BASTOS, T.; BEZERRA, J. A. B.. Aprender a comer, comendo: análise sócio histórica de cartilhas sobre educação alimentar e nutricional, 1938-1946. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 16, n. 3 (42), p. 144-172, 2016.
- BEZERRA, J. A. B.. Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 19, n. 1, pp. 157-179, 2012.
- BRITES, O.; NUNES, E. S. N.. Infâncias e propagandas em revistas: anos 1920 – 1950. **Tempos Históricos**, v. 16, pp. 87-118, 2012.
- CANDIOTTO, C.. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Revista de Filosofia da Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 33-43, 2010.
- CORAZZA, M. S.. **História da Infância sem fim**. Rio Grande do Sul: Ed. UNIJUÍ; 2000.
- FERNANDES, P. D.; OLIVEIRA, K. K. S. de. Movimento Higienista e o Atendimento à Criança. In: I **SIMPÓSIO REGIONAL VOZES ALTERNATIVAS**. Anais: Poder, Identidades, Educação, Patrimônio, Cultura e “Excluídos, Aracaju, Sergipe, 2012.
- FREIRE, M. M. de L.. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- FREITAS, M. C.. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FONSECA, C.. **Saúde no governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- FOUCAULT, M.. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FOUCAULT, M.. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 16ª ed. Rio de Janeiro: 16ª edições Graal, 2015.
- GÓIS JUNIOR, E. G.. Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos. In: **X SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR**. Anais: Sociabilidades e emoções. Campinas, São Paulo, 2007.
- LOURO, G. L.. (Org.). **O corpo Educado. Pedagogias da sexualidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MANSANERA, A. R.; SILVA, L. C. da. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo**, v. 5, n. 1, p. 115-137, 2000.